



Na abertura, Alexandre Leal, diretor técnico de Estudos e Relações Regulatórias da CNseg, destacou como a agenda da sustentabilidade tem ganhado protagonismo no setor de seguros brasileiro, impulsionada tanto por iniciativas voluntárias quanto pelas induzidas pela Susep. Ele lembrou que a CNseg aderiu em 2012 aos [Princípios para Sustentabilidade em Seguros](#) (PSI, na sigla em inglês), mesmo ano em que criou sua Comissão de Sustentabilidade e Inovação, agora chamada de Comissão ASG. No campo regulatório, citou a [Circular Susep 666/22](#), que fortalece a gestão de riscos climáticos, e, mais recentemente, a [Resolução CNSP 473/24](#), que define regras de sustentabilidade para classificação de produtos de seguro.

Entre os desafios imediatos, o diretor da CNseg ressaltou a necessidade de criação de um seguro social contra catástrofes, especialmente para amparar vítimas de enchentes e deslizamentos. Ele lembrou que durante as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no ano passado, o setor segurador desembolsou cerca de R\$ 7 bilhões em indenizações, mas as perdas superaram R\$ 100 bilhões. "Temos debatido o tema com vários grupos de interesse sobre como podemos oferecer esse produto, com toda a sociedade colaborando para que seja acessível a todos", afirmou.

Para avançar na compreensão dos impactos financeiros dos riscos climáticos no setor de seguros brasileiro, o gerente de Sustentabilidade da CNseg, Pedro Werneck, apresentou o projeto "[Construindo Seguros para Transição Climática](#)", desenvolvido em parceria com a Unep Fi. A iniciativa envolveu seis workshops e resultou em duas ferramentas inovadoras: o Mapa de Calor, que permite uma avaliação qualitativa dos riscos climáticos físicos, e o NatCat Model, que realiza projeções quantitativas desses riscos. "Mesmo com limitações, como o foco exclusivo em

inundações urbanas nos seguros residencial, condominial e empresarial, essas ferramentas trazem insights valiosos para a tomada de decisão das seguradoras", destacou Werneck. Ele ainda pontuou uma descoberta curiosa: muitas seguradoras não diferenciavam, em seus registros, alagamentos causados por inundações dos provocados por canos rompidos, um detalhe crucial para a gestão de riscos.

Outro tema central no encontro foi a taxonomia sustentável brasileira e seu impacto no setor segurador. A iniciativa visa definir quais atividades econômicas são, de fato, sustentáveis, estimulando investimentos em projetos alinhados com a redução dos riscos ambientais. Werneck citou como exemplo as operações de restauração florestal. "Temos 12 milhões de hectares a serem reflorestados e um grande gap de seguro para essa atividade. A taxonomia ajuda a direcionar investimentos e evidenciar a importância do seguro como um instrumento financeiro capaz de impulsionar setores sustentáveis", concluiu.

O primeiro dia da Mesa Redonda Regional reforçou o compromisso do setor de seguros com a sustentabilidade, evidenciando soluções inovadoras e estratégias para enfrentar os desafios climáticos. O caminho está traçado e o mercado segurador brasileiro segue determinado a ocupar um papel de destaque na construção de um futuro mais verde e resiliente.

Fonte: CNseg, em 02.04.2025